

gorias. Mas é necessário também que a gente destrinche as particularidades de cada setor, de cada categoria, para lidar com essas perdas. Como o Reitor colocou, Ricardo Lodi, Magnífico Reitor, a gente tem a necessidade do cumprimento do mínimo constitucional na área de Educação. Parte das despesas com as Universidades também compõe a função da Educação.

Então, é provável, é possível que, a gente fazendo um trabalho, a gente consiga definir, dentre as despesas das Universidades, aquilo que pode ter um tratamento diferenciado, além do que vai se pactuar para o conjunto das categorias. Além, é claro, das demandas mais específicas que as Universidades têm pela sua dinâmica própria, interna, como a questão dos problemas que ainda enfrentam na questão da Dedicção Exclusiva; a necessidade de se atualizar a política de assistência estudantil, que a Professora Ana Karina trouxe aqui para a gente uma reflexão importante sobre como a pandemia tem impactado os processos de ensino-aprendizagem em todos os níveis; a questão da pessoa com deficiência, da garantia a uma série de políticas fundamentais para que a inclusão se consolide de fato. Isso tem que estar de forma objetiva desenhada numa pauta para que a gente consiga avançar. Então, eu gostaria inclusive aqui de colocar uma proposta para cada uma das entidades aqui que representam os diferentes segmentos da Universidade, para que tentem desenhar uma pauta e colocar no papel para ser encaminhado para as nossas Comissões, para ser encaminhado para a Secretaria de Ciência e Tecnologia para que a gente tenha uma formalização dessa discussão ao longo desse momento que a gente já está entrando. A gente já entrou, as reuniões estão acontecendo. Asduerj tem acompanhado, Sintuperj tem acompanhado, junto com outros sindicatos, junto com outras categorias, e é importante que haja uma definição de prioridades nas reivindicações dos diferentes segmentos e da própria Universidade discutir isso no Conselho como parte do seu plano de desenvolvimento institucional para os próximos anos. Essa compreensão é fundamental para que a gente consiga enfrentar e pactuar. Um dos pontos que eu acho que já estão colocados como elemento fundamental - que o Sintuperj trouxe e também fez parte da fala da Asduerj, e a gente já tem conversado sobre isso - é uma proposta da gente ter também na Ciência e Tecnologia um aumento no valor do auxílio-alimentação dos trabalhadores, tal qual aconteceu na Educação. Isso é fundamental porque a gente vem de um período grande de perdas acumuladas. A gente vai abrir essa discussão sobre a recomposição das perdas salariais, mas a questão do auxílio-alimentação ajuda a aliviar de forma imediata, com mais flexibilidade junto ao Conselho do Regime, essa questão da perda nominal, da perda mesmo no valor real dos salários que a gente está assistindo e vivenciando por esses últimos anos. Esse é um elemento fundamental, que talvez coloque aí como um dos encaminhamentos para a gente estar fazendo.

Deputado Waldeck Carneiro pode complementar, para a gente passar a palavra de volta para as Universidades.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Perfeitamente, Deputado Flávio Serafini.

Nós temos feito juntos uma sequência de agendas sobre essas pautas, seja sobre a forma de audiências públicas, como é o caso de hoje, seja com outros formatos, enfim. Portanto, há sintonia entre as nossas propostas. Eu quero apenas destacar - e também enfatizando o que disse a Conselheira Estadual de Educação e Professora Ana Karina - que acho muito importante, porque nessas audiências que nós temos feito, Flávio, tanto em relação à Faetec, quanto em relação à Fundação Cecierj, em relação às três Universidades, o tempo acabou não permitindo que a gente fizesse um aprofundamento nessas audiências do que eu chamaria aqui, na linha do que a Ana Karina mencionou e que você reforçou agora, dos desafios didático-pedagógicos decorrentes da pandemia. Então, eu acho que mereceria, Flávio, um esforço adicional nosso para fazer uma audiência específica, e aí pensando não apenas pontualmente, nos desafios didático-pedagógicos no intervalo de tempo 2020 e 2022, porque os impactos que nós estamos sofrendo, a necessidade de reinventar a pedagogia, por assim dizer, novos - digamos -, novos parâmetros epistemológicos até para produzir conhecimento, gerar conhecimento. Isso vai nos impactar por algum tempo ainda.

Então, como um encaminhamento nesse sentido, eu queria deixar assinalado que a gente pudesse, nos próximos 45 dias, conseguir montar uma agenda para fazer uma audiência específica, e convidando em especial - não apenas, é claro, mas em especial - os nossos colegas das Faculdades de Educação, das Licenciaturas. Acho que é muito importante jogar ênfase, que, embora a gente tenha apontado essas questões, pontuado essas questões nessas nossas audiências, em função do debate sobre financiamento, sobre as demandas relacionadas à recomposição das perdas, que são muito importantes, a gente acabou não tendo a oportunidade de aprofundar a reflexão sobre esses desafios.

Então, acho que isso é um encaminhamento importante que eu deixo aqui para nós pensarmos juntos. Em segundo lugar, isso que você falou está corretíssimo, inclusive eu queria chamar a atenção para dois aspectos: lembrar que amanhã - e essa é uma reunião que vai acontecer em função do diálogo que eu e o Flávio temos feito com os movimentos - amanhã vai ter uma reunião em que o Bruno Sobral, Professor Bruno Sobral, Professor da Uerj, mas hoje Subsecretário de Estado de Fazenda, foi convidado nessas condições - fará uma exposição sobre o novo Regime de Recuperação Fiscal e como que, do ponto de vista dele, Subsecretário de Fazenda do Estado, esse novo Regime pode impactar o serviço público estadual. Então, isso me parece importante; então as representações aqui, os movimentos aqui presentes estão convidados para a reunião, mas, além disso, Subsecretário Edgard Leite Ferreira - eu chamo Vossa Senhoria novamente -, além disso, eu acho que a gente precisa fazer - nós já tínhamos esboçado isso, tanto quando da audiência da Faetec, Cecierj e Uenf - agora, isso me aparece, uma audiência específica para nós tratarmos, Flávio, desse conjunto de itens. Você tem toda a razão. O Deputado Flávio Serafini tem toda a razão. A questão do auxílio-alimentação podia ser algo resolvido em caráter mais imediato, assim como aconteceu no âmbito da Seeduc, mas a gente está tratando aqui também da discussão do auxílio-tecnológico para os profissionais das entidades vinculadas à Sect, a recomposição das perdas salariais do ponto de vista da inflação acumulada no período, uma série de outras questões importantes. Então, vamos fazer uma audiência sobre esses conjuntos de demandas e podem, inclusive, e aí, na audiência circunscrita aos profissionais das instituições, das entidades vinculadas à Faetec, Cecierj, Faperj fazer essa audiência específica, e acho que a gente tem que partir para uma audiência específica também, Subsecretário, sob o tema da dedicação exclusiva. O que me perturba muito, como legislador, é que a lei esteja em vigor, que o Governo do Estado tenha buscado declarar sua inconstitucionalidade, junto ao Tribunal de Justiça do Estado, pedindo inclusive medida liminar, não logrou êxito, o que quer dizer que a lei está em pleníssimo vigor. E aí, Professor Ricardo Lodi, Professor e Subsecretário Edgard Leite, a gente precisa entender qual é o valor que a lei tem no Estado do Rio de Janeiro. Qual o valor que a lei tem? Estamos numa Audiência Pública do Poder Executivo, que pode, e muito, se aperfeiçoar, mas quando a gente vota uma lei, ela entra em vigor o Poder Executivo vai lá questionar sua (não compreendido), não logra êxito e não cumpre, o Poder Executivo não é um moderador, que não existe na República, há muito tempo, no Brasil. Então, acho que a gente tem que fazer uma audiência específica sobre a Lei da Dedicção Exclusiva. Não haverá decisão do Tribunal de Justiça, enquanto não tiver equacionada, delineada a nova forma de adesão do Estado, ao Regime de Recuperação Fiscal, a gente precisa, tenho a impressão também, de fazer audiência nesse sentido.

Por último, a audiência, Secretário, que já tínhamos combinado, agora, que terminamos esse circuito, fazer audiência específica sobre o PL dos duodécimos. O Magnífico Reitor tem razão. O dispositivo Constitucional, por si só, já dá lastro suficiente para o cumprimento dos duodécimos, mas, ainda assim, a lei detalha, disciplina melhor, fala inclusive da forma de adaptação que as Universidades têm que adotar, seja em momento de frustração de arrecadação, seja eventualmente de superestimação da arrecadação uma vez planejada. Então, acho que a gente tem que fazer essa audiência que já tínhamos combinado.

Eu acho, Flávio, que a gente sai daqui com quatro agendas a definir, em termos de data, agora, a audiência dos duodécimos, a audiência relacionada às perdas acumuladas, de diferentes formas, seja no salário, seja nos auxílios, inclusive como forma de ajudar a Secti, a pautar, no âmbito do Governo Estadual, quais são os itens que a Secti vai defender, que conste na pauta do Estado, nas tratativas com a União, em relação ao novo Regime de Recuperação Fiscal, a audiência sobre a dedicação exclusiva e a audiência, que estou chamando aqui, mas a gente pode aperfeiçoar, sobre os desafios didáticos pedagógicos, nesse intervalo de 2020 a 2022, em função da pandemia.

São os encaminhamentos que eu sistematizaria, em sintonia com que o Flávio já falou e em sintonia com os debates que a gente vem fazendo, não apenas nessa audiência, mas também, que antecederam a essa de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Serafini) - Dando sequência, a gente passa a palavra ao Subsecretário Edgard Leite, para fazer suas considerações finais.

O SR. EDGARD LEITE FERREIRA - Tenho a impressão, compartilhada certamente por todos, que essa Audiência Pública foi extremamente importante para delinear os temas que estarão presentes, como bem ressaltaram os Deputados, nas próximas audiências, são temas relevantes porque a Secretaria pode e deve atuar como uma instituição, como um elemento condutor, veiculador de demandas, que são da Secretaria, na medida em que as partes filiadas fazem parte dessa estrutura.

Algumas questões, reparo que são irrelevantes aqui: a questão das progressões, da atualização salarial, dos concursos públicos, porque isso também, nos próximos dez anos vai ser um tema relevante. Não sei como uma política de expansão da Universidade pode ser pensada dentro do Plano de Recuperação Fiscal, por exemplo. São questões que vão demandar muitos estudos técnicos e muita conversa para a gente poder chegar a uma pauta que me pareça ser relevante, como a questão do auxílio refeição, Deputado Flávio Serafini, que pode ser uma coisa imediata, importante relevante para os professores e técnicos. Acredito que é muito importante que prossigamos fazendo um levantamento dessas questões centrais, ou as questões pontuais mais relevantes para as negociações futuras, no âmbito da Recuperação Fiscal.

Foi levantada aqui a questão da liberdade acadêmica e autonomia e, de fato, é a autonomia universitária. Ela é um princípio essencial da existência das Universidades, desde o momento que elas começaram a surgir na Idade Média, como a Universidade de Paris, as Universidades inglesas. A liberdade acadêmica, a liberdade de se produzir livremente, de forma consequente, de forma pertinente e de se expressar, dentro da Universidade, é um princípio sagrado da existência universal. Não há como nenhuma força, que possa existir, estabelecer sobre isso a sua tutela, a seu impedimento. Isso é uma questão-chave da própria existência universitária. O que me parece que deve ser discutido, com relação ao duodécimo, com relação à autonomia administrativa, que são dois temas que foram levantados pelo nosso Magnífico Reitor, é entender exatamente qual é a natureza dos entraves colocados pelos gestores financeiros e jurídicos do Estado. Qual é a natureza disso? Por que, de fato, até o momento os duodécimos... Isso não foi ainda normatizado? Qual é a objeção? Quais são os receios? Quais são os problemas colocados? No caso, parece-me que é pelos gestores, realmente, do sistema. Secretaria de Economia, Secretaria de Fazenda. Por que a autonomia administrativa encontra esses limites, que são, às vezes, jurídicos? Percebo isso aqui nos Diários Oficiais. Entender qual a natureza disso, porque esses problemas existem, colocá-los à luz e negociar em cima deles. Acho que isso é um movimento importante para que a gente possa caminhar na solução dessa questão, que é importante para a sustentação da autonomia da Universidade enquanto tal. Acho, sem dúvida, a questão também da dedicação exclusiva, é um tema, como professor durante 30 anos, tivemos como um tema, um enigma dentro da Uerj porque as Universidades Federais têm isso há muito tempo e isso também merece uma solução. São temas que foram levantados aqui por diversas pessoas, que acho devemos realmente nos concentrar em estabelecer essa pauta e as questões que estão colocadas e que impedem o desenvolvimento de determinadas soluções e, em cima disso, procurar localizar os interlocutores necessários para que isso possa ser negociado no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal, porque é evidente que, na medida em que se tem uma situação de excepcionalidade financeira, uma série de entraves e problemas que são colocados, também devem ser colocados em cima da mesa para que todos nós possamos trabalhar com isso.

Então, acho que é um processo. Não é fácil e não é rápido, mas eu tenho a impressão de que é um processo que vai terminar de uma forma feliz para todos, se houver disponibilidade de negociação e se houver clareza nas pautas e nos fundamentos técnicos da discussão, sejam financeiros, políticos ou o que quer que seja. Mas é um processo trabalhoso ao qual eu acredito que nós devemos nos dedicar, porque esse é papel de todos aqueles que estão interessados e estão tocados pela questão da preservação e da ampliação do ensino universitário no nosso Estado.

Então, eu gostaria de agradecer aos representantes do povo, aos Deputados aqui presentes, agradecer a todos os presentes que fizeram observações pertinentes e preocupadas com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e agradecer e parabenizar o nosso Magnífico Reitor Ricardo Lodi e toda a sua equipe, que vem fazendo um trabalho sensacional na Uerj e que merece o reconhecimento do Governo, o reconhecimento do povo e o reconhecimento da comunidade acadêmica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Serafini) - Obrigado, Professor Edgard.

Passo a palavra agora para o Magnífico Reitor Ricardo Lodi. O SR. RICARDO LODI RIBEIRO - Quero agradecer, em nome de toda a comunidade uerjiana, a iniciativa das Comissões de Ciência e Tecnologia e Inovação e Comissão de Educação em fazer essa Audiência Pública, que foi extremamente proveitosa para o exame e para o planejamento dos próximos passos para a Uerj.

Quero enfatizar, Deputado Waldeck Carneiro, Deputado Flávio Serafini, a importância dessas audiências públicas, notadamente nos temas já sinalizados aqui, dos duodécimos, das perdas salariais, da dedicação exclusiva e desafios didáticos-pedagógicos. E, também, ressaltar a importância de um tema que o Professor Edgard colocou que são dos concursos públicos quando não há vacância. Ah, porque se novos desafios são trazidos para as Universidades, como foi lembrado aqui pela Professora Ana Karina, Libras, inclusão dos deficientes visuais, nós não temos vacância para esses cargos, porque essa demanda é nova. Então, evidentemente, que tem que se construir o entendimento, inclusive para cursos novos também. A Universidade não pode ser a mesma que era em 2017 nos próximos 10 anos. Nós estamos em 2021, o regime vai durar até 2031. As demandas serão as mesmas de 2017 quando começou o Regime de Recuperação Fiscal? Evidentemente que não. É preciso enfrentar essa questão também dos novos desafios e das novas demandas.

Quanto aos duodécimos, é muito importante que o projeto que os dois Deputados que presidem as comissões aqui que organizam esse evento, mais o Deputado Carlos Minc, seja pautado, seja discutido e seja negociado com o Governo. Uma resistência que existia, que eu acho que agora não existe mais é da Secretaria de Fazenda. Conversei sobre duodécimos com o novo Secretário Nelson Rocha e ele se mostra, também favorável, ou pelo menos não opõe, talvez seja influência do Professor Bruno Sobral, mas não opõe resistência à questão dos duodécimos.

Hoje, acho que a nova existência está no âmbito da Secretaria do Planejamento que é quem faz a (não compreendido), quem toma as decisões sobre contingenciamento, sobre abertura de cota financeira. É preciso trazer o Governo para essa discussão. A Alerj tem cumprido seu papel e, mais uma vez, peço o apoio da Alerj para a gente conseguir efetivar essa importante decisão que foi tomada em dezembro de 2018, porque, volto a dizer, sem duodécimo a gente pode ajudar muito pouco no cumprimento do índice, porque perde a condição de planejamento. sem planejamento não há como... Não dá mais para a gente ficar, como era antigamente, a preocupação do in-

dice da educação começar em dezembro e despejar recursos na Universidade quando não há mais tempo sequer de fazer licitação ou sequer de começar um programa de trabalho. Por outro lado, também não se pode começar licitações e programas de trabalho sem a disponibilidade de recursos financeiros.

Quer dizer, então, é muito importante, do ponto de vista do planejamento e do cumprimento do índice, a regulamentação e a efetivação dos duodécimos.

Quanto às perdas salariais, é preciso enfrentar isso à luz do Regime de Recuperação Fiscal, como o Deputado Flávio Serafini colocou. E queria já dizer, Deputado Waldeck, que quanto a esses dois temas mais urgentes, do auxílio-alimentação e do auxílio-tecnológico, já estão avançados os entendimentos para a Sect para implementá-los o mais rápido possível, o aumento do auxílio-alimentação dos professores e técnicos bem como o auxílio tecnológico, na esteira do que foi feito pela Secretaria de Educação.

Quanto à DE, Deputado Waldeck, a lei agora está valendo. O que há é aquela sombra, aquele risco da representação de inconstitucionalidade. Agora, vou falar um pouquinho menos como Reitor e mais como Advogado. A questão é que dependemos de uma decisão judicial, do Desembargador do Tribunal de Justiça, que, até o momento, tem sido favorável à Uerj. A Uerj ingressou com (não compreendido) nesse processo, bem como as Asduerj, e nós temos logrado êxito até aqui. O Desembargador propôs um ambiente de negociação que não foi aceito pelo Estado do Rio de Janeiro. Agora, é preciso registrar que, no âmbito do controle concentrado, onde se insere representação de inconstitucionalidade, existem dificuldades técnicas para a celebração de acordo e de desistência.

Então, é preciso uma conversa entre os poderes, um diálogo entre os poderes, para que a decisão da Assembleia Legislativa, que vem sendo, até o momento, reconhecida como legítima pelo Poder Judiciário, não pare mais sombra de dúvida, porque... Eu queria que todos se colocassem na posição daquele professor que se aposentou, começou a receber a DE na aposentadoria, mas fica com aquela sombra de que existe uma representação de inconstitucionalidade ainda pendente de julgamento o Tribunal de Justiça.

Quanto aos desafios didáticos e pedagógicos, é importantíssimo a gente fazer essa Audiência Pública, e quero informar que a Uerj já vem discutindo isso internamente no âmbito da Pró-Reitoria de Graduação, na Pró-Reitoria de Pós-Graduação, temos uma comissão de acompanhamento do regime remoto emergencial, da qual as entidades também fazem parte, e todos sabemos que não é um desafio fácil. Esse é o momento em que a vida de todos nós foi abalada profundamente e o processo educacional precisa estar adaptado a essa nova realidade porque a gente não sabe exatamente quando vai terminar. Ainda não temos a certeza, Deputado Flávio, se a simples vacina nos permitirá, imediatamente, voltar como era antes. Então, haverá um tempo em que as coisas serão híbridas, não voltaremos automaticamente a fevereiro de 2020.

Então, é preciso que a gente busque novos caminhos para a educação nesse novo momento. No mais, dizer que eu sempre tive muita receptividade em todo o apoio que a Alerj dá à Uerj, seja através da Comissão de Educação, da Comissão de Ciência e Tecnologia, através da Mesa da Alerj. A Alerj nunca faltou à Uerj, mesmo nos momentos mais graves, quando da crise de 16 e 17, quando foi aprovada a Emenda Constitucional dos Duodécimos, como no embate à extrema direita por ocasião da CPI da Uerj. A maioria esmagadora da Assembleia Legislativa, especialmente com as comissões aqui presididas pelos dois Deputados, firmemente apoiando a nossa Universidade. E mais uma vez agora com essa estapafúrdia proposta de extinção da nossa Universidade contamos mais uma vez com o apoio de vocês.

Então, eu quero encerrar essa minha fala, Deputado Flávio, com agradecimento. Agradecimento a todo trabalho não só que o mandato de vocês tem desempenhado, Deputado Dani Monteiro também, não sei se ainda está presente, de apoio à Uerj como também as comissões presididas por V. Exas.

Então, encerro com esse agradecimento e com essa disposição da gente continuar dialogando sobre esses temas tão importantes para a população do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Serafini) - Obrigado, Magnífico Reitor Ricardo Lodi.

Então, a gente faz esse conjunto de encaminhamentos que a gente amarrou um pouco antes e eu adendo, antes de encerrar, a importância também dessas iniciativas partem da comunidade universitária de uma maneira formal. A gente sabe que, por exemplo, quando a Universidade discute mudanças no seu plano de carreiras, quando discute reivindicações de recomposição de perdas, isso passa pelo sindicato, chega ao conselho superior, chega à administração, passa à Secretaria, e é importante também fazer esse movimento. Então a gente coloca esse desafio para as entidades discutirem essas propostas, a gente se propõe a ajudar, inclusive com análise orçamentária, uma discricionariedade que as outras secretarias estão fazendo para ver a possibilidade do que pode ser feito também no âmbito das Universidades e a gente abrir esse diálogo formalmente com o Governo o mais rápido possível, com uma agenda concreta e para ser enfrentada. Contem com a gente, nós não vamos nunca naturalizar que o cenário de enfrentamento numa crise deva ser dado com o processo de empobrecimento dos servidores públicos. Porque a gente sabe que os servidores públicos são fundamentais para a garantia dos serviços públicos que são o que garantem os direitos da população.

Então, contem aí com as nossas comissões que estão atuando fortemente para fortalecer a educação, ciência e tecnologia num momento tão difícil como esse que essa pandemia, que converge com essa crise do Estado nos traz.

Deputado Waldeck Carneiro, para encerrar a audiência.

(Reassume a Presidência o Sr. Waldeck Carneiro)

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Deputado Flávio, apenas agradecer a todas as representações presentes nessa Audiência Pública. Agradecer em especial ao Subsecretário Edgard Leite, representando a Secti, ao Reitor Ricardo Lodi, da Uerj, todos os coletivos, movimentos, instituições, agradecimento especial ao Tribunal de Contas, ao Conselho Estadual de Educação, enfim, Asduerj, Sintuperj, DCE, Coletivo Correnteza. E, dizer isso, para concluir, as nossas comissões reafirmam a impossibilidade de praticar políticas públicas que garantam a prestação de serviços e última instância garantam os direitos sem que haja servidores públicos qualificados, profissionalizados, dignificados, isso é absolutamente impossível. Por isso que as nossas comissões, inclusive, se opõem veementemente à PEC 32, que tramita no Congresso Nacional, que é uma proposta de desmonte do Estado Brasileiro por esvaziar grande parte do serviço público federal. Ao mesmo tempo, ressaltar a importância estratégica dessas áreas que têm sido objeto das nossas audiências públicas. Sem nenhum demérito para outras áreas, de modo algum, mas as áreas vinculadas à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação são áreas absolutamente indispensáveis ao processo de formulação e implementação do projeto estratégico de desenvolvimento econômico e social do Rio de Janeiro. Nós temos repetido em vários fóruns, em vários contextos, que a crise do Rio de Janeiro, do ponto de vista econômico fiscal, é uma crise sobretudo de receitas. O Rio de Janeiro tem que ter a capacidade de formular um projeto estratégico que permita no médio e longo prazo gerar receitas novas e distribuí-las de modo a enfrentar a desigualdade, a pobreza, a miséria que cresceu muito no nosso Estado no último período. Por isso, essas audiências são muito importantes, notadamente quando tratam de instituições, de áreas e de profissionais cujo trabalho, cuja expertise, enfim, cuja dedicação são indispensáveis a essa possibilidade de retomada do ciclo de desenvolvimento econômico e social do nosso Estado.

Portanto, agradecendo a presença de todos, com os encaminhamentos que já foram aqui delineados, declaro, em nome de ambas as Comissões, da Comissão de Educação e da Comissão de Ciência e Tecnologia e Inovação, encerrada a presente Audiência Pública.